



# O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC

Maicon Cândido da Silveira<sup>1</sup>

Palavras-chave: Neoliberalismo, Sociedade, Educação.

**Resumo:** Este artigo procura compreender os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso dentro da esfera educacional. Para isso analisa-se o conceito de neoliberalismo, um sistema político-ideológico que guiou os dois mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso, apontando-se as consequências causadas para o sistema educacional brasileiro, por atender aos conselhos do Consenso de Washington. Trata-se de contexto em que a educação passou incorporar a lógica capitalista, de rentabilidade e lucro, sendo vitimizada pelos tentáculos desse sistema.

## O conceito de neoliberalismo

O neoliberalismo é um sistema político-ideológico que tem suas raízes na Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça em 1947, também chamada de Escola Austríaca, cujos principais representantes são Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek. Para von Mises, a liberdade é um todo indivisível, mas a liberdade política é o corolário da liberdade econômica. Posteriormente, Mises sustentou que as relações econômicas e políticas se amparam em apenas dois pólos opostos: opção pela liberdade e/ou opção pela ditadura, ou seja, liberalismo econômico ou ditadura, seja ela fascista ou comunista (Carvalho, 2002).

---

1. Graduado em História pela Universidade Católica de Goiás e graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: [maiconcsilveira@hotmail.com](mailto:maiconcsilveira@hotmail.com)

De sua parte, Hayek afirma, em sua principal obra, *O caminho da servidão* (1944), a tese segundo a qual a planificação econômica conduz à ditadura e ao totalitarismo, ou seja, à supressão da liberdade. Em outra obra *Os fundamentos da liberdade* (1960), Hayek atribuiu a importância ao individualismo, ao *homo economicus*, fundado nas ideias de individualidade, racionalidade e egoísmo. Essas ideias, transformadas em práticas econômicas e políticas, estabelecem políticas, nos países em desenvolvimento, caracterizadas por cortes nos gastos públicos em serviços, notadamente nas áreas da educação, da saúde e da infraestrutura sanitárias (esgoto, água tratada etc.) bem como nas nações governamentais em favor da habitação (Sampaio; Santos; Mesquita, 2002).

No entanto, o ideário neoliberal não encontrou, nas décadas de 1950 e 1960, condições históricas concretas para a sua implementação. Apenas em 1973, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, que fez os países capitalistas avançados entrarem numa longa e profunda recessão, abriu-se espaço para a implementação das reformas propostas. A solução era um Estado forte e capaz de controlar os sindicatos, o dinheiro, os gastos sociais e quebrar os monopólios estatais tendo como meta suprema a estabilidade monetária. A primeira oportunidade surgiu de fato em 1979, na Inglaterra, com a ascensão de Margaret Thatcher. Em seguida nos EUA, em 1980, com Ronald Reagan.

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E finalmente se lançaram num amplo programa de privatização. Já nos Estados Unidos, a proposta evidenciou-se mais na competição militar com a União Soviética, visando derrubar o regime comunista na Rússia. (Schneckenberg, 2006, p. 14).





Mais adiante outro teórico do neoliberalismo viria somar-se ao movimento iniciado pela Escola Austríaca. Trata-se de Milton Friedman, monetarista da Escola de Chicago que, no seu principal livro, *Capitalismo e liberdade* (1962), horroriza-se com o Estado de Bem-Estar social. Acusa-o de interferir na esfera da liberdade individual, de modo que o papel do governo, além de coibir as emissões de moeda que geram inflação, deve manter a ordem e a lei, definir os direitos de propriedade, servir de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico, julgar disputas sobre a interpretação das regras, reforçar contratos, promover a competição, fornecer uma estrutura monetária e suplementar a caridade provada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança (Sampaio; Santos; Mesquida, 2002).

Para os neoliberais, o indivíduo não é uma construção histórica, pois cada um é aquilo que a sorte determina. A desigualdade de classes é vista como necessária para o equilíbrio econômico. O Estado, na perspectiva neoliberal, é a instituição que mais tem valor, atribuindo-se-lhe características de “pessoa”, porém com poderes “limitados”, pois a atividade econômica é própria da sociedade civil e o Estado não pode intervir em sua regulamentação.

Assim, o Estado cria normas aplicáveis a situações gerais, deixando alguns indivíduos livres para agirem de acordo com as circunstâncias e seus interesses próprios. Enfim, “o neoliberalismo se caracteriza por pregar que o Estado intervenha no mínimo na economia, mantenha a regulamentação das atividades econômicas privadas num mínimo e deixe agir livremente os mecanismos do mercado” (Gentili *apud* Azevedo & Silva, 1995, p. 26).

As recomendações do Grupo suíço preconizavam uma reforma do Estado que coloca em xeque o Estado do Bem-Estar social europeu, bem como a política norte-americana do denominado “*New Deal*”, nas suas variações keynesianas, superando o plano político-econômico do pós-guerra.

A sociedade “pós-industrial” se contrapôs ao modelo denominado “fordismo-keynesiano” de produção, o qual se caracteriza pelo fato de consubstanciar-se em uma base técnica desqualificada, parcializada e repetitiva. Assim, o capital direciona-se para o “toyotismo”, isto é, uma nova base técnica produtiva seriada, flexível e diferenciada, incluindo a terceirização dos serviços com o desenvolvimento de novas tecnologias de ponta, entre as quais a biotecnologia, a microeletrônica, a informática e a telemática (Sampaio; Santos; Mesquida, 2002).

No ano de 1989, um grupo de neoliberais representativos dos países centrais do capitalismo reuniu-se em Washington com representantes do Banco Mundial, do FMI e do BIRD e com representantes da América Latina. O documento oficial desse encontro recebeu o nome de Consenso de Washington, com dez itens principais: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual. O objetivo do Consenso era o de eliminar toda concorrência estrangeira da América Latina, a fim de manter, para os Estados Unidos, a área como um mercado importante para a superprodução industrial americana e investimentos privados, explorando as grandes reservas de matérias-primas e afastando o comunismo internacional. No entanto, era necessário planetizar o “consenso”. O neoliberalismo promove e fundamenta então, um movimento a partir de Washington denominado “globalização”. A ideia básica era de que o mundo possui um centro, os Estados Unidos, a partir do qual são difundidas idéias, cultura, concepções de mundo, tecnologia e principalmente ideologias de mercado (Sampaio; Santos; Mesquida, 2002).

Dentre essas políticas, citem-se a privatização, a redução do tamanho do Estado, a redução da dívida interna acumulada e o encorajamento do investimento externo. A privatização representa a liberação de compromissos do Estado.





Mesquida (2002) indica as consequências do neoliberalismo:

1. Os indivíduos são responsáveis, pois são agentes morais, daí a individualidade, a racionalidade, o egoísmo;

2. Administração voltada apenas para o gerenciamento, ou seja, existe ampla liberdade para gerenciar;

3. Desgovernamentalização do Estado: o governo estaria atrelado ao mercado;

4. Nova relação entre governo e conhecimento: governo a distância (Ministério, secretarias de Estado de educação a distância etc.);

5. Mercantilização da democracia (venda de candidatos como produtos da imagem; eleitores tornam-se consumidores individuais passivos);

6. Socialização das perdas;

7. Desenvolvimento de uma sociedade-empresa: privatização do público, mercantilização da educação e da saúde, surgimento de empresas de segurança particular;

8. Baixa consciência ecológica, pois o que determina as ações econômicas é o lucro máximo, não havendo qualquer limite para o crescimento – soluções de mercado para problemas ecológicos;

9. Nenhum controle nacional sobre o capital. Este estaria sendo monitorado pelas agências internacionais “globalizadas”: FMI, BM, Organização Mundial do Comércio (GATT).

Para James Petras, o neoliberalismo postula um mundo formado por indivíduos que concorrem, e supõe-se que tais indivíduos devam comportar-se de forma competitiva para maximizar os lucros. A partir disso, os neoliberais concluem que a economia de livre mercado é o resultado racional da livre concorrência entre os indivíduos.

Nos últimos 40 anos, a América Latina também tem sofrido uma transformação neoliberal em seu sistema socioeconômico, político e ideológico.

Podemos dizer que a América Latina foi testemunha da primeira experiência neoliberal do mundo, no Chile, de Pinochet, em 1973. Começou seus programas de maneira dura, com desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos. (Sampaio; Santos; Mesquida, 2002, p.170).



A América Latina viveu nesses últimos anos uma sensação de liberdade política e econômica, diante de uma democracia liberal na política e livres mercados na econômica, contagiando-se com tal ideologia neoliberal. Como o modelo econômico adotado na Inglaterra e nos Estados Unidos era apontado como responsável pela recuperação econômica daqueles países, o capitalismo pôde passar à ofensiva nos quatro cantos do mundo.

O fenômeno neoliberal é diferente nos países centrais e nos países periféricos, principalmente porque os reflexos da política neoliberal são mais drásticos para as classes trabalhadoras dos países periféricos, que nunca puderam desfrutar dos direitos sociais ancorados no Estado de bem-estar, como nos países centrais. Além disso, o neoliberalismo reforça o controle das grandes potências sobre as economias periféricas (Carvalho, 2002).

### A política neoliberal no Brasil

A política neoliberal começou a ser aplicada no Brasil efetivamente nos anos 90, tendo o seu auge no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante os anos 80, o país ofereceu resistência às políticas de desregulamentação e abertura comercial semelhante ao que acontecia em alguns países latino-americanos. Segundo Carvalho (2002), as condições políticas e econômicas para o ajuste realizado no Chile e no México estavam ausentes no Brasil na década de 80.

O Estado brasileiro apresentava-se com a economia fragilizada, pelas condições do fim do governo militar, sem condições, portanto, de enfrentar as medidas de ajuste de tipo neoliberal. Nesse sentido,



vale mencionar que a impossibilidade de adoção das políticas indicadas pelo Consenso de Washington foi devida à fragilidade do Estado brasileiro, e não à sua força (Carvalho, 2002).

Desde a posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, pode-se detectar um movimento de ajuste de orientação neoliberal. Essa política foi continuada pelo seu vice-presidente empossado em 1992, Itamar Franco, cujo ministro da Fazenda, no último ano de mandato, foi exatamente Fernando Henrique Cardoso, que seria eleito presidente em 1994, iniciando seu primeiro mandato em 1995.

Embora a política neoliberal no Brasil tenha se iniciado em 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello, foi no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, que ela entrou em seu período de consolidação. A adoção do Plano de Estabilização em meados de 1994, com a adoção do Real, visava ao ajuste estratégico e à retomada do crescimento econômico, sob o receituário do Consenso de Washington.

A retirada do Estado ou sua renúncia como agente produtivo e empresarial é outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se deveriam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribuiu para a redução (estratégica) do setor público, bem como o rearranjo de toda a máquina estatal, situado na proposta mais ampla de Reforma do Estado (Soares *apud* Carvalho, 2002, p. 19).

Desde então, com a política de privatizações e a série de ajustes realizados, houve um processo de transferência de riquezas para o setor privado, um fortalecimento dos grandes monopólios privados e a desindustrialização e a desnacionalização da economia nacional. Esse fenômeno levou à adoção do Estado Mínimo, cujas funções básicas seriam manter a educação primária, a saúde, e a infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico.

Trata-se de uma prática comum entre os defensores do neoliberalismo a recusa ao “rótulo” de neoliberal. Fato semelhante ocorreu com os integrantes do governo FHC, que continuavam vestindo a máscara de

social-democratas e se ofendiam quando chamados de neoliberais.

É comum também para os neoliberais substituir o vocábulo. Lembra James Petras que, por exemplo, na década de 1960, os analistas de esquerda passaram a empregar o termo “mudança estrutural” para significar a redistribuição de renda. Hoje, os neoliberais usam o termo “reforma estrutural” para referir-se às transferências de propriedade pública para as grandes empresas privadas. Antes a esquerda adotava o termo “reforma econômica” para descrever as políticas que realocavam os recursos públicos dos mais abastados para a área social. O uso contemporâneo de “reforma econômica” pelos neoliberais significa reduzir o bem-estar social e fornecer mais subsídios sociais aos investidores privados, especialmente para os exportadores.

A política neoliberal, no caso brasileiro, beneficia certamente as classes e frações de classes dominantes, mas o realiza de forma desigual, beneficiando mais certos setores e menos outros. Nesse contexto situa-se um novo setor da burguesia brasileira, cuja ascensão está diretamente ligada à política neoliberal e se trata da nova burguesia de serviços. Esse setor opera nas áreas de educação, saúde e, mais recentemente, na previdência privada. Essa nova camada é diretamente beneficiária do desmanche da área social do Estado, isto é, da redução dos gastos e dos direitos sociais, e gerada no ventre do neoliberalismo, exercendo uma forte pressão sobre o Estado para que se reduzam os gastos sociais. Assim, a nova burguesia de serviços se beneficia da ação conjunta de todas as frações das classes.

## Neoliberalismo na educação do Brasil de FHC

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição Brasileira, 1988).







Como afirmado anteriormente, o neoliberalismo como política de governo não foi implantado no Brasil com ascensão de Fernando Henrique Cardoso, mas sim com Fernando Collor de Melo. No que se refere à educação, foi no governo FHC que ocorreram as maiores transformações. O ensino transformou-se em mercadoria, atendendo às exigências do Consenso de Washington. Hoje a educação atende ao pedido dos neoliberais – a mercantilização. Quem pode pagar por um bom produto que o faça, entretanto, quem não puder usa a rede pública.

A função da escola dentro do neoliberalismo é formar os recursos humanos necessários e competentes às exigências do mercado, subordinando, assim, a educação aos interesses econômicos.

A perspectiva neoliberal tende a transformar serviços em mercadoria, isto é, transformar em produto de venda. A educação não foge à regra, para os neoliberais, ou para os sociais democratas disfarçados, em que a sociedade pode ser transcrita em números. O que chama a atenção é o fato de tudo poder ser mostrado em números, comparando-se a realidade brasileira com a realidade dos países desenvolvidos, principalmente aqueles com o alto índice de IDH<sup>2</sup> como Noruega, Dinamarca, Bélgica, Estados Unidos entre outros (Carvalho, 2002), o que ganhou impulso durante os governos de Fernando Henrique Cardoso.

Em seus dois mandatos, FHC e sua equipe adotaram como artifício as políticas do Consenso de Washington, que foram refletidos na educação através dos seguintes aspectos: afastamento do Estado como agente financiador da educação; privatização das instituições públicas de ensino; ênfase sobre a avaliação e controle – Estado avaliador e

---

2. O índice de desenvolvimento humano (IDH), usado pela Organização das Nações Unidas desde 1993, é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores entre os países do mundo inteiro. É uma maneira padronizada da avaliação e medida do bem-estar de uma população.

controlador (Provão, Enem etc.); critérios essencialmente quantitativos para selecionar professores e alunos, bem como para avaliar cursos nos diversos níveis do ensino; ênfase sobre a prática em detrimento da teoria; tecnização das ações educativas; ênfase sobre os fins a serem atingidos, pois estes justificam os meios; preparação escolar profissionalizante e técnica para atender à demanda das empresas (pós-médio, institutos de educação, cursos normais superiores etc.); formação rápida e a distância. Formação esta oferecida, geralmente, por agências de mercantilização do ensino; fetichização da educação.

Tais pontos fornecem uma ideia do reflexo do neoliberalismo sobre a educação, tudo se transformando em mercadoria. A educação virando um negócio e, em muitos casos, altamente rentável. A instituição escolar oferece um produto que o cliente, consumidor, adquire convicto de que está investindo em si mesmo, na sua ascensão social. Desse modo, a educação é vista como uma mercadoria a ser adquirida.

Nesse caso, o papel da escola, para o neoliberalismo, é pela educação garantir o desenvolvimento da capacidade de flexibilização do trabalhador. Com um nível básico de ensino que possibilite a formação do trabalhador para as diversas atividades dentro da empresa, a escola garante a entrada de pobres no mercado de trabalho e ainda favorece a empresa com um trabalhador flexível. Assim, é o mercado o grande regulador a orientar os rumos da educação na economia capitalista.

No que tange à definição do papel da educação, não há consenso, porque o assunto é tratado sob dois prismas distintos e antagônicos. Pela ótica dos trabalhadores, a educação se apresenta como apropriação de saberes historicamente produzidos, e a busca de conhecimentos e de habilidades é mais do que aperfeiçoamento de técnicas, ou seja, constitui-se, antes de tudo, na busca da compreensão da realidade que os envolve. Sob a ótica do capital, a educação deve limitar-se ao preparo de mão de obra para o mercado de trabalho, cuja preparação não deve ir além do conhecimento mecânico, ainda que no discurso utilizado para a formação de trabalhadores proponha-se um





profissional conhecedor de todo o esquema de funcionamento de seu trabalho (Barreto; Schaffrath, 2001).

Na ideologia neoliberal, a privatização é um efeito produtivo, pois tudo gira em torno do “mercado”, e assim também a educação é vista como um produto para quem pode comprar. E quem não pode? A resposta é óbvia: quem não pode não compra. O que importa é garantir a “qualidade”, nem que seja para poucos. A sociedade moderna é competitiva – dizem os neoliberais –, só os melhores triunfam. Não há e nem pode haver espaço para todos. É questão de “sorte”.

Comprometidos com os organismos internacionais de controle e supervisão econômica, o FMI e o BIRD, principais mantenedoras e articuladoras de empréstimos aos países periféricos, os governos neoliberais têm lançado mão de uma série de estratégias para cumprir com índices de “produtividade” exigidos por esses organismos, como pressuposto necessário a novos empréstimos. Internamente as leis têm se adequado a tais exigências, articulando práticas que, na maioria das vezes, criam propostas inimagináveis. Por isso veem-se estourar, em todo o país, propostas de alfabetização e cursos de ensino médio e até superior do tipo relâmpago. Eles teoricamente amenizam os baixos índices de escolarização do povo brasileiro, mas que na realidade pouco acrescentam ao nível de formação intelectual e cultural (Reis, 2002).

Os governos neoliberais deixaram o nosso país mais pobre, mais excludente, mais desigual. Incrementaram a discriminação social, reproduzindo os privilégios das minorias. Exacerbaram o individualismo e a competência selvagem, quebrando assim os laços de solidariedade coletiva e intensificando o darwinismo social. A resposta neoliberal é simplista e enganadora: promete mais mercado quando, em realidade, é o próprio mercado onde se encontram as raízes da exclusão e da desigualdade. É no mercado onde a exclusão e desigualdade se reproduz e se ampliam. O neoliberalismo nada nos diz acerca de como atuar contra as causas estruturais da pobreza; pelo contrário, ele atua intensificando-as (Gentili *apud* Azevedo & Silva, 1995, p. 136).

O Programa de Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), apresentado à sociedade brasileira em 1994, denominado Mãos à Obra Brasil: Propostas de Governo, possui trezentas páginas. É constituído de cinco capítulos e dois anexos, em que se trata dos seguintes temas:

Cap. I – Um novo projeto de desenvolvimento;

Cap. II – A construção de um novo país;

Cap. III – As cinco metas prioritárias e setores complementares: Agricultura, Educação, Emprego, Saúde e Segurança (habitação, saneamento e turismo);

Cap. IV – A reforma do Estado;

Cap. V – A parceria Estado-Sociedade.

O governo se orienta em dois pontos na referida proposta: (1) pelo processo de descentralização, com a redefinição de atribuições às três esferas do Poder Público (Federal, Estadual, Municipal); (2) por novas formas de articulação com o setor privado e a sociedade civil, propondo o estabelecimento de parcerias com o setor produtivo nacional.

No tocante à educação, a reflexão sobre o tema é abordada na parte introdutória, contendo considerações sobre o ensino básico, o segundo grau e o ensino superior (p.107-116), apresentando a necessidade de efetivação de algumas medidas urgentes para a educação nacional. Não há dúvidas de que a grande ênfase se coloca na educação básica, com a maior parcela de sugestões, embora a questão do ensino superior seja bastante enfatizada, o que corrobora o proposto pelo Programa Mundial Educação para Todos, elaborado em Jontiem/Tailândia, em 1990, do qual o Brasil, juntamente com outros 154 países, é signatário.

O referido documento apresenta cinco fontes principais de orientação, no que diz respeito à educação. São as seguintes:





1. A ideia, compartilhada por economistas de diversas correntes teóricas, da urgente necessidade de melhoria da qualidade da escola brasileira, visando formar trabalhadores capazes de se adaptarem às inovações tecnológicas e às ágeis mudanças que ocorrem no mundo;

2. A necessidade de se realizar pesquisas sobre as altas taxas de evasão e repetência no ensino de 1º grau, destacando-se o seu padrão caótico e ineficiente, com taxas de repetência em torno de 50% na 1ª série;

3. A constituição e nomeação de um grupo de técnicos ligados ao Banco Mundial (BM-Washington) e à Organização Internacional do Trabalho (OIT-Genebra), para coordenar o processo de rediscussão das diretrizes educacionais no país;

4. O cumprimento das recomendações do Banco Mundial (BM) para o ensino de 2º grau no Brasil, para torná-lo um curso técnico. Para isso, propõe-se uma pesquisa para coleta de informações sobre as causas da alta seletividade do ensino brasileiro, que apresenta desproporções antidemocráticas: 86% estão no ensino básico, 9,5% no ensino médio e apenas 4,5% no ensino superior;

5. Adoção do modelo das Universidades Estaduais Paulistas para as Instituições Federais de Ensino Superior, (IFES) aproveitando seu *know-how* de produtividade, com ênfase na qualidade, na avaliação dos resultados e em relação à sua vinculação com o Estado, gerando mecanismos que estimulem e facilitem o desenvolvimento de projetos de cooperação científica e tecnológica entre universidades, institutos governamentais de pesquisa e o setor privado.

Deve ser registrado que a proposta educacional do governo FHC foi elaborada por técnicos e profissionais do planejamento governamental e vincula as áreas afins às cinco prioridades do Programa de Governo: agricultura, educação, emprego, saúde e segurança (complementadas por habitação, saneamento e turismo). A prioridade fundamental da política educacional no governo FHC era incentivar a

universalização do acesso ao primeiro grau e melhorar a qualidade do atendimento escolar, de forma a garantir que as crianças, efetivamente, pudessem ter a oportunidade de pelo menos complementar as oito séries do ensino obrigatório.

Essa proposta para a educação brasileira traz uma visão dual da economia brasileira, apontando a existência de um Brasil moderno, que se ressentia de mão de obra qualificada e de um Brasil arcaico, com atraso tecnológico, milhões de subempregados ou desempregados. A falta de qualificação dificulta sua incorporação no sistema produtivo e no setor competitivo mundial, de modo que as duas estratégias prioritárias traçadas, para o setor educacional, possam sanar tais déficits. São elas: (1) a ênfase na transformação do atual quadro da educação básica, no ensino técnico e profissionalizante; (2) a reorientação das políticas de capacitação de mão de obra, voltadas, pois, para o treinamento e a organização dos trabalhadores de baixa renda, bem como para o desenvolvimento da iniciativa e a capacidade gerencial de pequenos e médios empresários, incentivando sua autonomia e a busca das terceirizações de serviços públicos e privados nos seus mais diversos setores.

Dentro dessa política, o governo FHC, por meio de decretos-leis a conta-gotas, deu origem à institucionalidade da reforma educacional. Um decreto, de 1997, por exemplo, criou diversas modalidades de instituições de educação superior – universidade, centro universitário, faculdade integrada e instituto superior de graduação –, favorecendo a cultura da concorrência e da competitividade e com isso consolidando a cultura da mercantilização. Somente a universidade pode fazer, ao mesmo tempo, ensino, pesquisa e extensão. O centro universitário deve proporcionar um ensino de excelência. Já as faculdades integradas são responsáveis pela formação do aluno, sendo dos institutos superiores de educação a incumbência predominante de formar professores (Reis, 2005).





Durante os oito anos de Governo FHC, a educação foi vista como um elemento adicional para o desenvolvimento econômico, como requisito para o exercício da cidadania e para a inserção dos sujeitos nos mercados de trabalho, plenamente em acordo com os ditames dos organismos internacionais de fomento. Assim, uma leitura do que foi feito no Brasil no governo FHC aponta o lado do fracasso, dada a dificuldade de indicar resultados significativos de desenvolvimento e progresso, à altura das necessidades nacionais. Alega-se o fato de que as discussões feitas ao longo de décadas não trouxeram ações efetivas para resolver os problemas apontados em níveis macro, meso e microestruturais no País, de modo especial nas questões educacionais, acentuando os índices deficitários de resultados.

Dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, Lima (2002) diz o que ficou na memória dos educadores brasileiros:

Na área de educação, o governo FHC será lembrado historicamente pela produção de estatísticas, censos escolares, sistemas de monitoramento da educação, especialmente pela criação de um arcabouço jurídico de dar inveja a qualquer governante. FHC será lembrado por promover um verdadeiro “genocídio cívico” dos analfabetos adultos e jovens, apagando da Constituição Federal a obrigação com a erradicação do analfabetismo, no prazo de dez anos, após a promulgação da Constituição de 1988. Será lembrado por promover o desmonte do ensino técnico e promover a indústria do diploma de ensino superior, sem qualidade. Deverá ser esquecido pelos professores, humilhados pelos baixíssimos salários e ofendidos por suas declarações de que “se a pessoa não consegue produzir, coitada, vai ser professor”. E jamais será lembrado pelos que lutam pela escola pública, igual e de qualidade para todos.

Em suma, o governo FHC fez do sistema educacional brasileiro o que reza a cartilha neoliberal.

## Referências

AZEVEDO, Janete Maria Lins de; SILVA, Tomaz Tadeu da. A educação como política pública. São Paulo, Autores Associados, 1997.

BARRETO, Dagmar B. M; SCHAFFRATH, Marlene A. BIRD: o signatário das políticas públicas e o discurso da qualidade na educação. Roteiro, v. XXV, Joaçaba, SC, n. 45, jan.-jun. 2001. p. 7-22 .

CARVALHO, Vanderlei Souza. Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC. 2002. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2002.

HAYEK, Friedrich. O Caminho da Servidão. Porto Alegre, Ed. Globo. 1977.

\_\_\_\_\_. Os Fundamentos da Liberdade. Brasília; São Paulo: Ed. Universidade de Brasília: Visão, 1983

LIMA, Maria José Rocha. FERNANDO HENRIQUE E A EDUCAÇÃO: oito anos de governo. 2002. Disponível em: <[www.assessoriadopt.org/FHCoito.doc](http://www.assessoriadopt.org/FHCoito.doc)> Acesso em: 28 jul. 2008.

PETRAS, James. Os Fundamentos do Neoliberalismo. In.: RAMPINELLI, W. J. & OURIQUES N. D. (Org's) No Fio da Navalha: Crítica das Reformas Neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

REIS, João. A universidade produtiva. Caros Amigos, São Paulo, Ano IX, 26 dez. 2005.

REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DE FHC. São Paulo: Xamã, 2002.

REIS, Rosana Cristina Kohls dos. Educação e políticas neoliberais. Ágora, Caçador, v. 2, n. 2 jul.-dez. 2002. p. 219-226.





Maicon Cândido da Silveira



Dossiê Livre

RUIZ, Antonio Ibanez. A educação no governo FHC (1995–2000). Universidade e Sociedade, Brasília, Ano XI, n. 24, jun. 2001. p. 69-79.

SAMPAIO, C. M. S; SANTOS, M. S; MESQUIDA, P. O conceito de educação à educação no neoliberalismo. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n. 7, set.-dez. 2002.

SCHNECKENBERG, Marisa. Os pressupostos teóricos do Estado liberal e neoliberal e o desenvolvimento de políticas sociais. Guarapuava. Anacleto, Guarapuava, v. 7, jan.-jun. 2006. p. 9-23.